

O homem pode ser uma cobaia?

Morton Hunt
Do N.Y. Times Magazine

Numa tarde de verão de 1980 um rapaz de 18 anos, chamado Steve Kaufman, entrou no Departamento de Psicologia da Universidade Stanford para submeter-se a uma experiência que, segundo ele imaginava, seria interessante e agradável. Ela fazia parte de uma pesquisa que estava sendo conduzida pelo professor Philip Zimbardo, um psicólogo social que se celebrizara pela criatividade de suas experiências. Steve, um calouro que já há algum tempo vinha sendo pago para submeter-se a testes hipnóticos, sentia-se privilegiado por trabalhar diretamente com tal celebridade. Ele e outros voluntários estavam sendo treinados no uso da auto-hipnose para aumentar a concentração nos estudos, combater a fadiga e controlar vários outros estados mentais e físicos.

Naquela noite, a sessão seria inicialmente dedicada ao controle da dor. Posteriormente, Steve tomara parte no experimento que, segundo lhe dissera Zimbardo, estudaria os efeitos do hipnotismo sobre a capacidade de resolver problemas.

O que Steve desconhecia era o verdadeiro objetivo da pesquisa. Ela deveria treinar Steve e outros voluntários, que de nada suspeitavam, para torná-los facilmente hipnotizáveis até que, na sessão final, Zimbardo lhes diria, quando estivessem em transe, que ficariam parcialmente surdos, mas que não se lembrariam que a surdez fora hipnoticamente induzida. Steve seria um sujeito "ingênuo" e, portanto, reagiria à sua surdez como se ela fosse verdadeira.

A moralidade da pesquisa em que seres humanos podem ser submetidos, sem o seu consentimento, a experiências desagradáveis, penosas e possivelmente prejudiciais, vem sendo vivamente discutida há muito tempo por psicólogos sociais, professores universitários, especialistas em ética, centros de pesquisas e órgãos governamentais que financiam tais estudos. Do debate surgiram normas federais, estabelecidas em 1971 e 1974, que foram revistas no ano passado. Esses regulamentos, que estabelecem limites para o uso permissível de seres humanos em projetos de pesquisa psicossocial, restringiram as pesquisas de muitos aspectos da psicologia humana. E limitaram — embora não tenham eliminado — as possibilidades de submeter sujeitos "ingênuos" a experiências tensas e angustiantes.

Negros sífilíticos foram deliberadamente deixados sem tratamento, para estudar a evolução da moléstia

Esse compromisso entre a liberdade de investigar e os direitos dos seres humanos não agrada a ninguém, e o debate prossegue até hoje nos círculos científicos e governamentais, bem como nas reuniões e publicações dos Institutos de ética. Muitos psicólogos, desanimados, desistiram de investigar problemas que eles consideram importantes. Outros, sem se deixar intimidar, continuam procurando ampliar os conhecimentos usando métodos que os críticos consideram moralmente inaceitáveis, sejam quais forem as compensações científicas.

Zimbardo, convicto de que seu objetivo justificava o que ele estava fazendo com os seus voluntários, elaborou meticuloso roteiro para a sessão final, especificando cada ação e cada palavra dos participantes, com exceção, é claro, do "ingênuo". A experiência toda foi cuidadosamente ensaiada por Zimbardo e seus dois assistentes e por dois "cúmplices" — isto é, dois estudantes que se fariam passar por colegas de Steve.

Zimbardo considerava tudo isto necessário para testar sua hipótese de que a paranóia de muitas pessoas idosas (uma causa comum de internamento em hospitais para doentes mentais) é resultado não de um distúrbio mental, mas de uma perda gradual da audição. Se essa mudança não for percebida pelo indivíduo, poderá levá-lo a perguntar-se por que os outros ficam sussurrando ou fazendo caretas que ele não consegue interpretar, e a imaginar que a conduta dos outros é maliciosa e que estão tramando alguma coisa contra ele.

Se Zimbardo estivesse certo, a paranóia de muitas pessoas idosas poderia ser curada com o simples uso de aparelhos para surdez, em lugar de ser tratado como psicose incurável. Zimbardo esperava, portanto, que quando os seus voluntários ingênuos tivessem, inexplicavelmente, problemas para entender a conversa dos outros, atribuíam a eles intenções obscuras. Ele esperava, em suma, que a pessoa hipnotizada sofresse um ataque de paranóia.

"Imagine uma pessoa perfeitamente normal submeter-se a um experimento e acontecer essa coisa horrível — ela se tornar paranóica", diz-me Zimbardo.

Reações hostis a esse trabalho não constituem novidade para Zimbardo, pois ele tem uma propensão para experiências brilhantes de consequências perturbadoras. Em 1970, por exemplo, ele convenceu 18 estudantes de Stanford a desempenhar o papel de guardas e prisioneiros numa prolongada simulação realista da vida na prisão. Em menos de uma semana a maioria dos guardas se tornara espontaneamente

sádica, enquanto alguns prisioneiros se mostraram perigosamente hostis e outros ficaram seriamente transtornados. Zimbardo concluiu que grande parte da péssima conduta dos prisioneiros e guardas resulta dos papéis sociais que desempenham. Embora ele considere isto uma descoberta valiosa que deveria levar a reformas, foi amplamente criticado por ter infligido sofrimentos às pessoas que se submeteram a suas experiências, em nome da ciência.

Zimbardo planejava limitar a paranóia induzida pela surdez a não mais de meia hora e depois suspendê-la imediatamente. "Espero que o estudo sobre a perda da capacidade auditiva seja o primeiro de uma série", diz ele. "Acredito que todos os tipos de circunstâncias mundanas podem produzir processos mentais patológicos como fobias, hipcondrias, etc. Podemos investigar todos esses fenômenos empregando, basicamente, o mesmo processo usado no estudo da perda da audição — isto se o trabalho não for impedido." "O que poderia impedi-lo?", pergunta ele após uma pausa dramática. E ele mesmo responde: "Um suficiente clamor contra o uso da dissimulação".

"Imagine uma pessoa perfeitamente normal submeter-se a um experimento e ficar paranóica"

A psicologia social, o estudo de como os processos mentais do indivíduo são influenciados por outras pessoas, sofreu uma mudança na década de 1950, quando se passou a usar pesquisas de laboratório, em que as interações sociais podiam ser controladas e medidas.

Mas, ao contrário dos ratos de laboratório, as cobaias humanas podem compreender o que está acontecendo, e sua compreensão frequentemente altera e distorce as suas respostas normais aos estímulos. Se elas, por exemplo, souberem que o pesquisador está estudando como e quando as pessoas ajudam estranhos em situação aflitiva, elas provavelmente se comportarão de maneira admirável, mas talvez não característica.

Assim, os psicólogos sociais logo perceberam que teriam de disfarçar os seus verdadeiros objetivos. Em 1951, por exemplo, num clássico estudo pioneiro sobre o conformismo, o psicólogo social Solomon Asch pediu a estudantes que participassem de "uma experiência sobre o julgamento perceptivo". As várias pessoas que participaram dessa experiência pediu-se que dissessem qual das três linhas à sua frente tinha o mesmo comprimento da linha padrão, também exposta. Em todos os casos, um estudante — o sujeito ingênuo — ouviu os outros (que eram "cúmplices") escolher uma linha mais curta ou mais longa do que a linha padrão. Ante a unanimidade dos colegas, o "sujeito ingênuo" se contorcia, transpirava, ficava agitado e, pelo menos um terço das vezes, acompanhava o voto da maioria. A dissimulação, aqui, foi obviamente crucial.

A dissimulação tornou-se rapidamente o método escolhido para investigar muitos desses casos.



Steve Kaufman, o "ingênuo"

Desde o início, as "pesquisas dissimuladas" trouxeram ricas compensações científicas. As que foram realizadas nos anos 60, por exemplo, mostraram que a violência vista num filme aumenta a probabilidade de que os espectadores, a seguir, reajam às provocações com violência.

Depois do assassinato de Kitty Genovese, em 1964, quando 38 moradores de Kew Gardens, em Queens, EUA, ficaram olhando sem nada fazer, enquanto o seu atacante estrangulava e esfaqueava repetidamente a vítima durante meia hora, muitos críticos sociais se referiram ao brutal caráter de Nova York, à alienação dos Estados Unidos de hoje. Os psicólogos sociais Bibb Latané e John Darley conduziram uma série de experiências em que sujeitos eram induzidos a pensar que um estranho se encontrava em situação aflitiva e descobriram que, se o "sujeito "ingênuo" estivesse sozinho, ele correria a pé ajudar o estranho; mas que se outros, especialmente pessoas desconhecidas do sujeito, também estivessem presentes, era muito menos provável que ele agisse (a presença de outros parece tornar "difuso" o senso de responsabilidade do "sujeito ingênuo"). Latané e Darley concluíram que o incidente de Kitty Genovese revelava não uma perda da decência humana nos Estados Unidos, mas o efeito inibidor, causado pela interação social típica da vida nas grandes cidades, sobre a disposição de ajudar



Philip Zimbardo, é famoso por suas experiências inventivas

No Departamento de Psicologia de Stanford, Steve Kaufman entrou numa sala onde já fora treinado anteriormente. Zimbardo, sentado numa cadeira, saudou-o calorosamente. Outro estudante, a quem ele não conhecia, já estava sentado. Ele e Steve se cumprimentaram. Logo depois entrou um terceiro estudante, também desconhecido de Steve.

"Na primeira parte da sessão de hoje — disse Zimbardo — vou ajudá-los a controlar a dor. Na segunda parte, aprofundarei ainda mais o estado hipnótico de vocês, fazendo com que ouçam um pouco de música oriental exótica. Na terceira parte, como foi planejado, pedirei que participem da nossa experiência sobre o efeito da hipnose na solução criativa de problemas."

Durante meia hora, enquanto os três estudantes se colocaram diversas vezes em estado hipnótico e saíram dele, Zimbardo ensinou-lhes como controlar a dor pela auto-sugestão. Disse então que estava na hora de passarem para a fase seguinte, durante a qual ouviriam, separadamente, diferentes gravações musicais. Entregou um fone a cada um e fez sinal a uma assistente para começasse a tocar as gravações. Steve ouviu a voz de Zimbardo explicar lentamente que ao começar a música seguinte ele deveria entrar num transe profundo. Ouviu então uma prolongada série de arpejos. Alguns minutos depois, quando Steve estava em profundo estado hipnótico, a voz de Zimbardo voltou a fazer-se ouvir, dizendo: "Daqui a pouco, quando a palavra *foco* for projetada na tela do laboratório, os sons ficarão muito baixos e difíceis de ouvir esta instrução enquanto alguém não puser a mão no seu ombro e disser: 'Por hoje basta'. Então você voltará a ouvir e se lembrará de tudo'".

Quando a gravação de Steve terminou, ele foi conduzido por uma assistente a um grande laboratório ao lado, no qual já se encontravam os outros dois estudantes. A assistente comunicou-lhes que iria projetar sobre uma tela uma série de slides, que eles deveriam interpretar por escrito. Ela apertou um botão e sobre a tela apareceu a palavra "*foco*".

A partir desse momento, Steve não conseguiu mais compreender o que os outros estudantes estavam dizendo. Ele não sabia se não os estava ouvindo ou se simplesmente não os entendia. Não sabia o que estava errado e lutava para controlar uma onda de pânico. Quando um dos outros dois lhe fez uma pergunta que parecia um murmúrio, Steve não respondeu. Ficou ainda mais agitado, quando os outros dois começaram a rir e a fazer caretas. Quando o primeiro slide apareceu na tela, precedido da mensagem: "Descreva o que os personagens estão fazendo, quem são eles e qual é a tônica da cena" — Steve começou a escrever com a mão trêmula e suor escorrendo pelo rosto.

Uma decisão da Suprema Corte, em 1914, estabeleceu que os pacientes têm direito de não se submeter a tratamento médico sem a sua permissão. Mas, como é difícil obter o consentimento dos pacientes para testar procedi-

mentos novos ou experimentais, muitos pesquisadores continuaram a não pedir permissão aos seus pacientes ou a obtê-la por meio de dissimulações.

Nos anos 40, porém, o mundo aprendeu que não podia contar com a benevolência dos médicos pesquisadores. Nos julgamentos de Nuremberg, provou-se que 20 médicos nazistas haviam conduzido experiências atrozes e sádicas com prisioneiros nos campos de concentração. Como base para condenar os médicos por crimes contra a humanidade, o Tribunal de Nuremberg formulou um código de ética para regulamentar as pesquisas médicas, cuja cláusula fundamental diz: "O consentimento voluntário do sujeito humano é absolutamente essencial... Ele deve ter suficiente conhecimento e compreensão... do assunto em estudo... a fim de tomar uma decisão esclarecida". Isto, nos anos recentes, passou a ser conhecido como doutrina do "consentimento informado".

Após os julgamentos de Nuremberg, a opinião médica mundial sustentou oficialmente que os pesquisadores biomédicos estavam moralmente obrigados a obter o consentimento informado de seus sujeitos antes de usá-los nas pesquisas. Não obstante, muitos pesquisadores continuaram a seguir o caminho mais fácil. Nos Estados Unidos, os experimentos biomédicos em que os sujeitos ignoravam o que estava sendo feito com eles vieram à luz nos anos 50 e 60. Alguns eram extremamente

Médicos nazistas conduziram experiências atrozes e sádicas nos campos de concentração

te repugnantes sob o ponto de vista moral. O caso mais notável foi o estudo Tuskegee, em que negros sífilíticos foram deixados deliberadamente sem tratamento, a fim de se estudar a evolução da moléstia. Em consequência dessas revelações, o Serviço de Saúde Pública (PHS) e o Congresso foram pressionados a criar controles. Na década de 1960, o PHS adotou gradualmente várias normas — entre as quais a exigência do consentimento informado — para regulamentar a conduta dos pesquisadores biomédicos.

Um movimento análogo surgiu no campo da pesquisa social. Psicólogos sociais, especialistas em ética e administradores do governo começaram a combater a metodologia da dissimulação, considerando-a incompatível com o consentimento informado. Eles acharam tais pesquisas particularmente condenáveis, quando os sujeitos eram submetidos a estados de ansiedade, constrangimento e outras tensões.

O experimento mais criticado foi conduzido por Stanley Milgram em Yale, em 1963. Sob o pretexto de investigar o processo da aprendizagem, Milgram instruiu os seus sujeitos ingênuos a administrar choques elétricos cada vez mais fortes a um colega que não podiam ver, mas cuja voz ouviam por um alto-falante, sempre que ele cometesse um erro. À medida que os choques aumentavam de intensidade (subindo a um nível supostamente perigoso), o co-

lega — sua voz, na verdade, havia sido gravada — gemia, gritava e finalmente se debatia em agonia. Quando os sujeitos quiseram parar, Milgram lhes disse que o experimento exigia que prosseguissem. Alguns deles, relatou Milgram, "começaram a suar, tremer, gaguejar, morder os lábios, a gemer e enterrar as unhas na própria carne" — mas a maioria obedeceu às ordens. Milgram concluiu que, quando alguma outra pessoa detém a autoridade, indivíduos perfeitamente normais são capazes de obedecer agindo brutalmente em relação a outros — uma descoberta que esclareceu a conduta de muitos cidadãos comuns na Alemanha nazista. O trabalho de Milgram ganhou, em 1964, o prêmio de pesquisas psicológicas sociais de Associação Americana para o Progresso da Ciência.

Citando tais experimentos, os oponentes das pesquisas dissimuladas argumentam que a investigação comportamental deveria ser submetida a rígidos controles. Mas tanto o PHS como a Associação Psicológica Americana continuaram a tolerar métodos dissimuladores na pesquisa social, a fim de não interferir na liberdade de procurar co-

O que é mais importante? Os direitos do indivíduo ou os benefícios para a humanidade?

nhecimentos. O dilema, salientado em *The Handbook of Social Psychology*, (Manual de Psicologia Social), deriva da coexistência de dois ideais norte-americanos incompatíveis: "A crença no valor da livre investigação científica e a crença na dignidade do homem e em seu direito à privacidade". Os pesquisadores só poderiam explorar certas áreas psicológicas privando os sujeitos de seu direito ao consentimento informado. A sociedade só poderia proteger esse direito privando os pesquisadores da possibilidade de esclarecer temas importantes através de métodos experimentais dissimulados.

Quando o segundo slide foi projetado na tela, Steve se sentia angustiado e irritado. Os outros dois estudantes riam e conversavam animadamente, mas ele não compreendia uma palavra do que diziam e se perguntava: "Por que esses palhaços estão rindo de mim? Por que ficam sussurrando numa língua estranha?"

Quando terminou a projeção da série de slides, Steve preencheu da seguinte maneira um questionário que lhe pedia para descrever o seu estado de ânimo com notas de 0 a 100: a) relaxado — 0; b) agitado — 100; c) feliz — 0; d) irritado — 100; e) amistoso — 0; f) hostil — 100; g) intelectualmente afiado — 20; h) confuso — 100; i) visão — 0; j) audição — 0; k) criatividade — 0; l) desconfiado — 100.

Ao preencher um questionário final, Steve pegou raiosamente o papel, quebrou a caneta, levantou-se e começou a andar para a frente e para trás qual um animal enjaulado. Nunca antes em sua vida ele se sentira tão estranho e tão agitado.

A assistente do professor Zimbardo entrou na sala dizendo algo que Steve não entendeu. "Afastei-me dela e me senti", recorda Steve. "Ela se aproximou e colocou a mão sobre o meu ombro. Eu tremia. Não sabia se chorava ou se gritava, mas aí ela disse uma coisa — 'Por hoje basta' — e eu consegui entender o que ela estava dizendo".

A assistente sentou-se ao seu lado e lhe explicou por que ele não conseguia ouvir. Aos poucos, ele se lembrou de tudo. "Eu estava em estado de choque, de descrença total, mas também de crença total", recorda Steve. "Eu estava perplexo, contente, mas extremamente perturbado. Aí o professor Zimbardo entrou na sala muito sorridente, dizendo que tudo havia funcionado maravilhosamente bem. Cuidadosamente, ele me explicou o verdadeiro propósito do experimento e o que esperava demonstrar com sua pesquisa. Fiquei fascinado. Ele estava certo: quando você está surdo, parece que todo mundo está tramando contra a gente. Embora eu ainda me sentisse abalado, fiquei orgulhoso por ter desempenhado um importante papel naquele trabalho".

Zimbardo pediu a Steve que voltasse uma semana mais tarde para submeter-se a um teste de paranóia. O teste mostrou que o experimento não havia deixado efeitos residuais. Quando saiu, ele se sentia calmo e controlado. Mas naquela noite, continuou sentindo uma sucessão de estados de ânimo, numa reverberação emocional que levou dias para passar.

As normas que regulam as pesquisas biométricas com sujeitos humanos foram rigorosamente restringidas, em 1971 e 1974, pelo Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar. Mas, em julho de 1981, depois que um grande número de cientistas do comportamento se queixou de que isto havia impedido a realização de pesquisas em suas instituições, as normas foram um pouco afrouxadas. Entre outras coisas, um consentimento informado incompleto era agora aceitável desde que envolvesse "riscos mínimos ao sujeito" e desde que a pesquisa "não pudesse ser efetuada" de outra forma. Mesmo assim, esses regulamentos impuseram uma grande mudança nas pesquisas de psicologia social. A dissimulação continua sendo usada, mas de forma limitada e produzindo apenas tensões experimentais triviais. Linhas inteiras de pesquisas tiveram de ser abandonadas. Experimentos sobre a obediência, como o de Milgram, são hoje inviáveis. A maioria dos experimentos sobre ajuda é considerada inaceitável, bem como pesquisas

que possam assustar ligeiramente, colocar os sujeitos em embaraço ou revelar-lhes verdades desagradáveis a respeito deles mesmos.

Os defensores da pesquisa dissimulada argumentam que ela é moralmente justificada se os riscos e inconvenientes para o sujeito forem ultrapassados pelos benefícios à humanidade. Mas como pesar os danos e os benefícios?

Os críticos da pesquisa dissimulada asseveram que, na maioria das vezes, os danos ultrapassam grandemente os benefícios. Sua evidência, porém, é amplamente anedótica, consistindo em histórias de sujeitos que ficaram desiludidos, desconfiados da autoridade ou permanentemente envergonhados por algo que descobriram a respeito de si mesmos, como no caso de pessoas que deixaram de prestar ajuda a um estranho em situação aflitiva.

Diana Baumrind, psicóloga da Universidade da Califórnia em Berkeley, veementemente antagonista da pesquisa dissimulada, denomina os resultados de "insight infligido" e argumenta que o autoconhecimento impingido ao outro é moralmente indefensável. Ela acrescenta que a preocupação com os direitos humanos é moralmente superior à liberdade de procurar novos conhecimentos e deve precedê-la. Thomas Murray, psicólogo social do Hastings Center, afirma que, ainda que a dissimulação não cause danos, prejudica a pessoa, pois a priva da liberdade de escolha.

Alguns críticos da pesquisa dissimulada argumentam que ela não é necessária e que técnicas alternativas também servem. Eles sugerem, por exemplo, a dramatização, em que os sujeitos são solicitados a imaginar como se comportariam num determinado experimento, se desconhecêssem os seus verdadeiros propósitos. E afirmam que em alguns casos os resultados assim obtidos são melhores do que quando o experimento é efetuado com sujeitos ingênuos. Mas o dr. Joel Goldstein, do Departamento de Saúde e Serviços Humanos, afirma o contrário: "Sabemos que o que as pessoas dizem ou fazem nos experimentos em que interpretam papéis é qualitativamente diferente do que elas fazem na vida real".

Assim, tanto os regulamentos federais como o código de ética da Associação Psicológica Americana continuam relutantemente a reconhecer a necessidade de pesquisas dissimuladas e a usar o índice dano-benefício como o padrão ético operacional para julgá-las.

Se o sujeito conhecer o objetivo da pesquisa, não reagirá mais da mesma maneira

Tipicamente americanos em seu pragmatismo, eles julgam a moralidade de qualquer pesquisa dissimulada por seus resultados.

* Em fins do semestre, Zimbardo e seus assistentes concluíram o trabalho experimental. Seis sujeitos haviam sido induzidos hipnoticamente à surdez sem saber porque ficaram surdos. Outro grupo de sujeitos sabia porque se sentiam surdos. E um terceiro grupo não foi induzido à surdez. Análises estatísticas dos testes mostraram que os sujeitos ingênuos ensurdecidos tiveram uma atitude muito mais paranóica durante o experimento do que os outros. As diferenças entre os grupos foram "altamente significativas", o que, nesse caso, significa que houve apenas uma possibilidade em mil de os resultados se deverem ao puro acaso.

Zimbardo descreveu os resultados num artigo em que concluiu que as descobertas demonstram uma óbvia relação entre a surdez e a paranóia em pessoas de meia-idade ou idosas. O artigo foi publicado em 26 de junho de 1981 no jornal *Science*. Não admira que tenha sido recebido com aprovações e críticas — estas últimas por motivos éticos. Zimbardo defendeu o seu trabalho especificando as precauções tomadas, a necessidade da dissimulação, a ausência de danos e o valor das descobertas. Encerrou o artigo reiterando a ética do dano-benefício: "Os riscos ao sujeito parecem ser totalmente transitórios, ao passo que os benefícios potenciais encerram promessas substanciais".

Alguns psicólogos sociais — os mais ousados, ou talvez aqueles que ocupam posições especialmente seguras — continuam a usar a dissimulação, embora de modo mais conservador do que antes, para investigar temas importantes. John Darley, atual presidente do departamento de Psicologia de Princeton, diz por que se sente obrigado a fazer isto: "Os psicólogos têm a responsabilidade ética de investigar os processos socialmente importantes e de descobrir claramente o que está acontecendo — o que significa que eles às vezes têm de esconder de seus sujeitos certos aspectos do estudo".

Hoje dois anos mais velho, meio centímetro mais alto e muito mais realista, Steve Kaufman vê os dois lados da questão. "Antes de participar do experimento — diz ele —, eu era contra a pesquisa dissimulada. Mas, quando ouvi a aula do dr. Zimbardo a respeito, vi que não podemos obter certos tipos de informação sem métodos dissimulados. Concordo com as pessoas que dizem que não é certo enganar seres humanos. Não é certo tratar pessoas como se elas fossem ratos. Mas eu concordo com o professor Zimbardo que ele não poderia ter realizado o seu trabalho sobre a surdez e a paranóia sem enganar os seus sujeitos, porque se eles soubessem o que estava acontecendo, não reagiriam da mesma maneira."